

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.523.220 - PR (2019/0171640-8)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **IMOVEIS BASSOLI LTDA**
ADVOGADOS : **ODACYR CARLOS PRIGOL - PR014451**
: **ANDRÉ OTÁVIO LUZ - PR037519**
AGRAVADO : **LEONARDO LIBANIO**
ADVOGADOS : **MARCOS VENDRAMINI - PR027533**
: **JULIANA CARLA DE OLIVEIRA FREITAS - PR063857**

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. 1. PROPOSITURA DA AÇÃO REVISIONAL NÃO INTERROMPE A PRESCRIÇÃO. 2. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA ANÁLISE DO MARCO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL, À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. 3. DECISÃO AGRAVADA RECONSIDERADA EM PARTE.

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por Imóveis Bassoli Ltda. contra decisão monocrática assim sumariada (e-STJ, fl. 513):

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE PRESCRIÇÃO DE COBRANÇA. PRESCRIÇÃO. 1. TERMO INICIAL. VENCIMENTO DA ÚLTIMA PARCELA. SÚMULA 83 DO STJ. 2. A PROPOSITURA DE AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO NÃO INIBE A MORA. LOGO, NÃO INTERROMPE A PRESCRIÇÃO. 3. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

Em suas razões (e-STJ, fls. 520-529), a agravante alega que houve violação ao disposto na Súmula 7 do STJ ao argumento de que, para delimitar os marcos temporais, faz-se imprescindível a reanálise dos contratos e aditivos pactuados entre as partes, além dos fatos ocorridos durante a relação contratual.

Sustenta que a decisão agravada está equivocada em relação ao marco inicial da prescrição, tendo em vista que desconsiderou os aditivos contratuais firmados entre as partes.

Superior Tribunal de Justiça

Assevera que o ajuizamento da ação de revisão de contrato é causa interruptiva da prescrição, conforme o art. 202, VI, do CC.

Sem impugnação, conforme certidão à fl. 533 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Quanto à interrupção da prescrição, verifica-se que a deliberação unipessoal não merece reparo, pois a jurisprudência assente nesta Corte Superior é no sentido de que a propositura de ação revisional pelo devedor não impede que o credor busque a satisfação do seu crédito, não havendo, portanto, interrupção do prazo prescricional para a ação de cobrança.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECLARATÓRIA DE PRESCRIÇÃO DE COBRANÇA. AÇÃO ANTERIOR DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. AÇÃO REVISIONAL. EXCLUSÃO DA MORA DO DEVEDOR. DESCABIMENTO. SÚMULA 380/STJ. INTERRUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL DA AÇÃO EXECUTIVA. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Fica inviabilizado o conhecimento de tema trazido no recurso especial, mas não debatido e decidido nas instâncias ordinárias, que tampouco foi alvo dos embargos de declaração opostos, para sanar eventual omissão, porquanto ausente o indispensável prequestionamento. Aplicação, por analogia, das Súmulas 282 e 356 do STF.

2. Segundo a jurisprudência desta Corte Superior, como a ação revisional não exclui a mora do devedor (Súmula 380/STJ), também não possui o condão de interromper o prazo prescricional da ação executiva. Isso, porque o manejo da revisional não impede que o credor busque a satisfação do seu crédito.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1339926/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 15/02/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015 E AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTIVA DE DÉBITO. AÇÃO REVISIONAL NÃO IMPEDE O TRANSCURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL. SÚMULA 380/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Rejeita-se a apontada violação dos arts. 489, § 1º, e 1.022 do

Superior Tribunal de Justiça

CPC/2015, pois não há omissão, contradição ou obscuridade no julgado quando se resolve a controvérsia de maneira sólida e fundamentada e apenas se deixa de adotar a tese do embargante.

2. Segundo a jurisprudência desta Corte Superior, a ação revisional não exclui a mora do devedor (Súmula 380/STJ), bem como não possui o condão de interromper o prazo prescricional da ação executiva, tendo em vista que a revisional não impede que o credor busque a satisfação do seu crédito.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1305630/MA, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 21/09/2018)

Por outro lado, no tocante ao marco inicial da prescrição, melhor sorte socorre a agravante, pois, ao conhecer do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial, reconheci a prescrição levando em consideração o dia 20/04/2009 como a data do vencimento da última parcela e consequentemente como marco inicial da fluência do prazo prescricional.

Todavia, verifica-se que o Tribunal de origem indicou dois marcos temporais como vencimento da última parcela, quais sejam: 20/04/2009 e 15/08/2012.

Assim, diante da dúvida acerca da data de vencimento da última parcela, reconsidero, em parte, a decisão monocrática de fls. 513-517 (e-STJ), para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que aprecie a questão à luz da jurisprudência desta Corte.

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator